

“MINHA ARMA É O COMPUTADOR”

Mais conhecido no exterior que no Brasil, o cacique Almir Suruí prova que a cultura indígena e a modernidade são compatíveis

TÂNIA NOGUEIRA, DE RONDÔNIA

Entre seus conterrâneos, Almir Narayamoga Suruí é respeitado como caçador habilidoso. No entanto, o líder máximo dos suruí-paíteres, que até os 12 anos viveu na floresta, com raríssimos contatos com o homem urbano, e não falava português, diz ter pendurado o arco e flecha. “Hoje minha arma é o computador”, afirma o cacique, ou *labway esage*, no idioma tupi-mondé. “Sou fã de tecnologia. Sei o poder que ela tem.” Aos 37 anos, com um curso universitário inacabado de biologia aplicada e outro em andamento de gestão ambiental, Almir é um veterano das modernas ferramentas da comunicação. Em 2007, chamou a atenção do mundo ao buscar, e fechar, uma parceria com o Google para monitorar o desmatamento na Terra Indígena Sete de Setembro, na fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. Hoje ele passa mais tempo na cidade de Riozinho, distrito de Cacoal, em Rondônia, do que na aldeia. Quase todo mês viaja de duas a três vezes ao exterior para dar palestras. Virou uma estrela cobiçada, não é o índio folclórico atrelado à imagem para exportação que se faz de um índio. “Meu cachê ainda é menor do que o de ex-presidentes da República”, responde à pergunta sobre suas finanças pessoais, demonstrando que domina também a ironia.

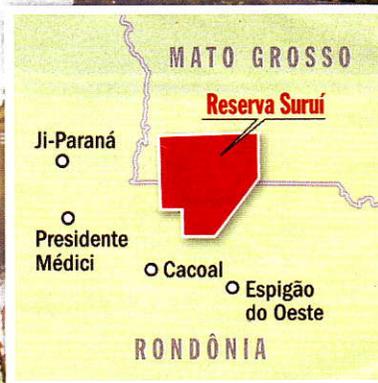
TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO

Área: **248 000 hectares**, o equivalente a pouco mais do que a área urbana da Grande São Paulo

População: **1 350 indivíduos**

Quem são: suruí-paíteres (suruí é o nome que lhes atribuíram os não índios; paíteres é como eles sempre se chamaram)

Língua: tupi-mondé





RÁPIDO NO GATILHO

Almir Suruí carrega seu notebook para cima e para baixo.

Munido de uma apresentação de slides, busca parcerias de empresas privadas, fundações e ONGs para os projetos do plano de desenvolvimento de seu povo

Verdinhas em troca do verde

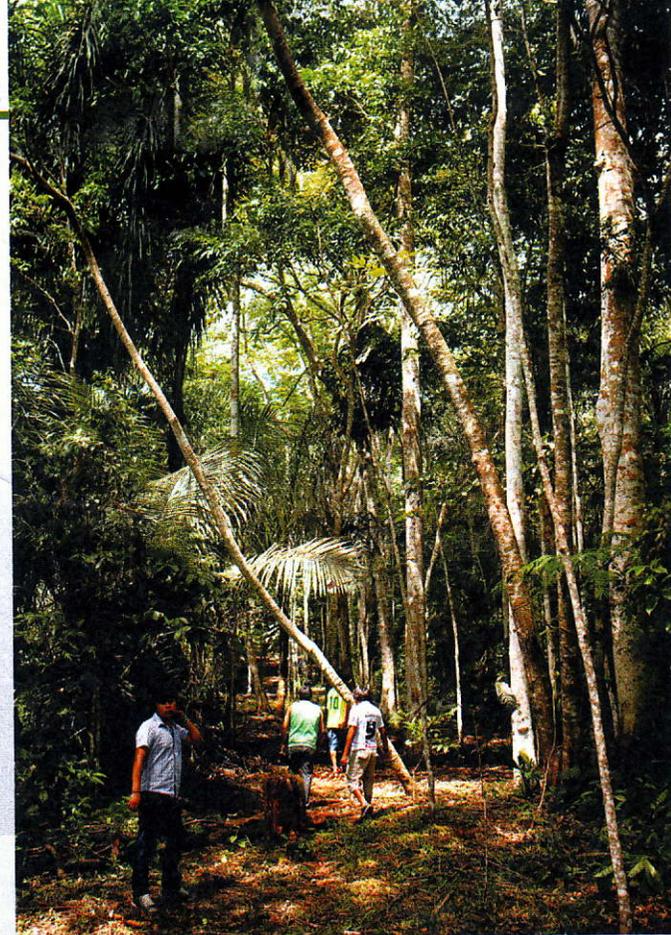
Como funciona o Redd — o mecanismo financeiro que recompensa quem mantém a floresta em pé

1 O que é o Redd?

É a sigla para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. É um recurso financeiro criado para remunerar as iniciativas que baixem as emissões de carbono, evitando ou reduzindo a derrubada e a queima das florestas, como ocorre com o projeto dos índios suruí

2 Que tipo de área pode ter um projeto como esse?

As grandes extensões de florestas que sofrem pressão econômica por desmatamento. Com 248 000 hectares de terras entre Rondônia e Mato Grosso, a Terra Indígena Sete de Setembro, dos suruí, é uma das poucas manchas de floresta ininterrupta que restaram na região — seu desenho ainda pode ser visto por satélite



Almir será um dos destaques da Rio+20. Dará oito palestras (uma em conjunto com a equipe do Google) e participará de cinco mesas de debate. Por que há tanta gente interessada em ouvi-lo? Não é devido apenas ao agradável ar bonachão e ao curioso português levemente titubeante. Almir propõe um caminho inédito para os indígenas e outros grupos tradicionais das florestas do Brasil e do mundo. Um caminho que não admite o paternalismo e a paralisante tutela do estado. Apesar de até 1969 terem vivido isolados dos não índios, sem roupas nem palavras escritas, os suruí estão apresentando um plano de desenvolvimento sustent-

tável de cinquenta anos perfeitamente adaptado à lógica econômica de um capitalismo responsável, a tal economia verde de que tanto se fala. “Nossa cultura vai mudar de qualquer jeito”, diz Almir. “Não há como nos isolar do mundo, por isso decidimos escolher para onde queremos ir.” A condição: a integração com o mundo plugado nos avanços e ubiquidade da internet, ressalva Almir, não significa abrir mão de viver na terra de seus pais e avós. Os suruí fizeram a opção clara por viver na floresta e da floresta — e atrelaram essa decisão a outra inovação. Um dos pontos centrais do projeto é a venda de créditos de carbono por meio de um mecanismo de recompensa financeira pelo não desflorestamento conhecido como Redd (veja o quadro ao lado).

“O Brasil precisa de uma solução econômica que garanta a manutenção da mata”, diz Paulo Moutinho, diretor do Ipam, reputado instituto de pesquisas amazônicas. “Manejo e extrativismo são soluções locais, de pequena escala. O Redd traz valor para a floresta em grandes dimensões.” Até hoje, o governo brasileiro liberou apenas uma iniciativa de Redd, o Projeto Juma, elaborado por uma fundação local na região do município de Novo Aripuanã,

3 O que é necessário para certificar um projeto dentro desse mecanismo?

Convencer os certificadores de que o projeto será eficaz na redução do desmatamento

4 Por que reduzir as emissões?

Acredita-se que as emissões de carbono de indústrias, termelétricas, carros e desmatamentos, entre outras fontes, são responsáveis pelo aquecimento global — e, mesmo que não sejam, o ar poluído faz mal à saúde

5 Como calcular o prêmio pelo não desmatamento?

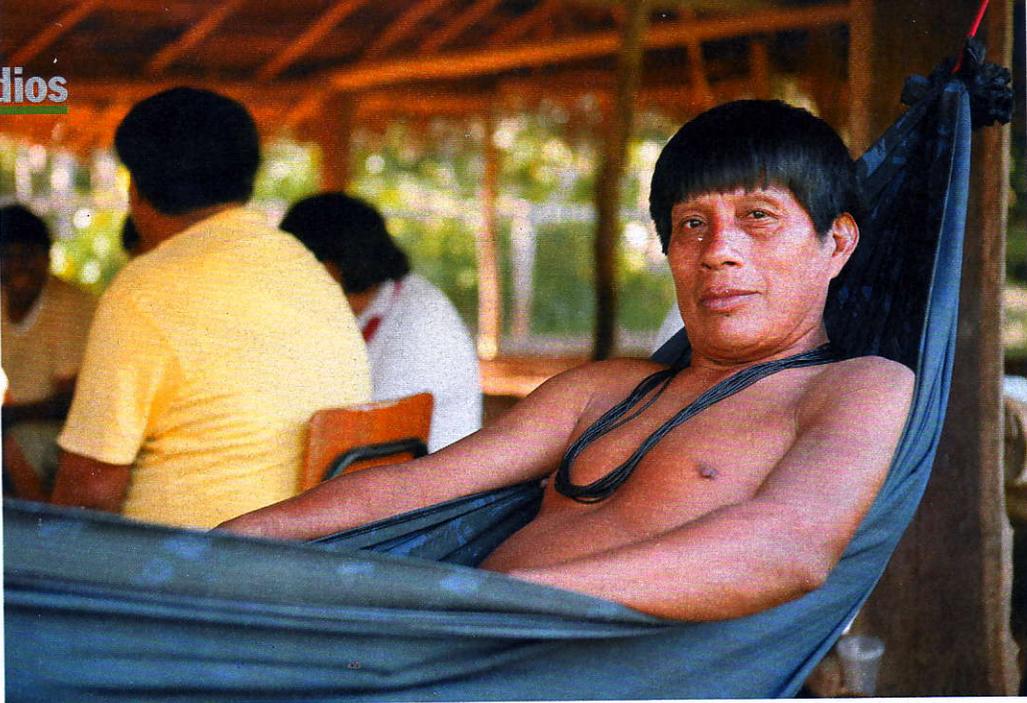
As florestas estocam carbono, que é liberado na atmosfera quando elas são derrubadas. Por convenção, 1 tonelada não emitida de dióxido de carbono (CO₂) corresponde a um crédito de carbono. Cada crédito recebe um número de série e transforma-se em um título negociável no mercado voluntário de carbono. Esses créditos são vendidos a empresas que os usam para fazer marketing ou cumprir legislações locais



na margem da BR-319. A iniciativa da turma de Almir deve se tornar, muito em breve, a segunda a ser autenticada — daí sua relevância internacional.

Lidar com créditos de carbono, por ser algo novo, é passo ainda ruidoso e repleto de armadilhas — depende, para começo de conversa, de sinal verde da mão sempre pesada do estado. Em março, foi descoberta a operação, até então discreta, de uma empresa irlandesa, a Celestial Green, que comprou por 120 milhões de dólares o direito de exploração por trinta anos dos créditos de carbono do povo mundurucu, no Pará. Detalhe: os índios ficariam impedidos de caçar, pescar ou fazer uma pequena roça em suas terras. A Funai rapidamente declarou a ilegalidade da iniciativa. “O contrato foi assinado por umas poucas lideranças, sem consulta ao povo”, diz Jairo Mundurucu, atual diretor da Associação Pussuru, entidade representativa dos mundurucus. Jairo foi eleito depois que a antiga diretoria caiu devido ao escândalo. “Tem um monte de gente fazendo projetos por conta própria”, diz Nanci Maria Rodrigues da Silva, secretária estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia.

Os suruí de Almir tiveram o cuidado — e a esperteza — de fazer tudo como manda o manual. Na verdade, eles estão preparando o terreno para quando o comércio de títulos de Redd estiver regulamentado. Fizeram um inventário do estoque de carbono, criaram cotas anuais de desmatamento para atividades de subsistência, previram um manejo dessas áreas, começaram uma ação de reforestamento e, com tudo isso, conseguiram as certificações internacionais. O dinheiro do Redd é crucial para manter a floresta. Para o sucesso do projeto, é fundamental acabar com o tráfico de madeira ilegal. Ninguém compra créditos de carbono que podem literalmente virar fumaça. Sabendo disso, os suruí abriram várias frentes: estão investindo em turismo



LUÍZ MAXIMIANO

ambiental, criaram a marca (e a logomarca) 100% Paiter e negociam a entrada de seus produtos numa grande rede de supermercados. Os recursos provenientes dessas atividades serão geridos por um fundo financeiro que está sendo montado em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, o Funbio. “É a garantia de que o dinheiro será empregado de maneira clara e transparente”, diz Ângelo Augusto dos Santos, do Funbio.

Os suruí, mais profissionalizados e mais bem orientados que os caiapós, que na década de 80 fizeram fama ao vender óleo de castanha-do-pará para a rede de lojas inglesa The Body Shop, vangloriam-se, agora, do sucesso em um ambiente tradicionalmente hostil. Até os anos 90, eram conhecidos como índios madeireiros. A maior parte dos chefes de família tirava seu sustento fazendo vista grossa para a entrada dos exploradores. “Há cinco anos, saíam 400 caminhões de madeira por dia da Sete de Setembro”, diz Almir.

Desde os 17 anos, já com status de liderança, ele cobra a ajuda das autoridades brasileiras contra os madeireiros — os predadores, ilegais, e não aqueles que exercem sua atividade dentro das normas. Almir teria até chegado a denunciar gente de seu próprio grupo. “Não denunciei”, diz. “Estava numa reunião com a Polícia Federal, reclamando, e eles me disseram: ‘Mas tem índio envolvido’. Eu estava nervoso. Respondi: ‘Então, prenda!’” Hoje, a extração criminosa de madeira nas ter-

EXPERIÊNCIA SEM SAUDOSISMO

José Suruí, 49 anos, membro do conselho dos anciões dos suruí, acompanhou o primeiro contato com a sociedade brasileira. Viu seus companheiros ficar doentes e morrer de sarampo e tuberculose. De 5 000 foram para 290. Perdeu pai, mãe e quatro irmãos. “Os velhos nos avisaram para não chegar perto dos brancos”, lembra. “Não acreditamos, éramos curiosos.” Mas diz que tudo isso é passado. Integrante do chamado parlamento paíter, participa ativamente da construção do atual plano de desenvolvimento.

ras dos suruí é rara. Mas a pressão por áreas cada vez mais amplas de extração continua. No mês passado, depois da apreensão de três caminhões de madeira ilegal, um chefe suruí foi vítima de uma emboscada. Foi salvo por um carro que passava na estrada, mas ficou encarregado de transmitir um recado: “Diga ao Almir que vamos pegar ele e a família dele”.

A família de Almir, tal como é formada, inexistiria se o cotidiano indígena fosse regido pelo Código Penal brasileiro. Como não é assim, Almir tem duas mulheres (não índias) e cinco filhos. Todos passaram a andar com proteção policial. “Ninguém quer que aconteça nada com a gente agora”, diz a segunda mulher de Almir, a historiadora Ivaneide Bandeira Cardozo. “E depois da Rio+20?”